



PROJETO DIAMANTES

ESTUDO II

REL 3169

Eng^o de Minas Fernando Freitas

Abril/1977



1. INTRODUÇÃO

Durante a primeira viagem que efetuou a Minas Gerais, o signatário passou por Romaria, onde visitou a jazida lavrada pela EXDIBRA, SA. Essa visita chamou-lhe a atenção para o fato do Cretaceo se estender para dentro dos Alvarás da CPRM. constitutivos do projeto Monte Carmelo, e daí para a possibilidade do conglomerado diamantífero da base da Formação Bauru se estender também para dentro desses Alvarás.

Durante a segunda viagem, efetuada em fins de janeiro do ano corrente, já o signatário deu atenção mais geral ao problema dos diamantes em Minas Gerais, produzindo um relatório especial sobre o assunto. Nesse relatório apresentava uma programação em que no primeiro ponto propunha que o diamante fosse considerado um mineral cuja pesquisa fosse do interesse da CPRM.

Considera-se resposta favorável da Diretoria a este ponto a viagem que determinou a Minas Gerais, a efetuar pelo Geol. Dr. Eugênio Afonso Correia, experiente na pesquisa de diamante em Angola, acompanhado do autor. O relatório deste geólogo acaba de ser apresentado, conforme anunciado, e sobre ele, e em complemento do que já escreveu sobre o assunto, o signatário deseja tecer algumas considerações e fazer novas propostas.

2. POSIÇÃO ATUAL DO PROBLEMA

Se do relatório do Dr. Eugênio Correia quissemos resumir o essencial, diríamos que:

a) Na região observada existe potencial diamantífero nos aluviões, Conglomerado Bauru, coluviões deste e em quimberlitos;

b) São particularmente promissoras as bacias dos rios Bagagem, Santo Inácio e Dourados quer no que diz respeito ao potencial dos seus aluviões quer no que se refere à localização de conglomerados e quimberlitos mineralizados;

c) Os quimberlitos constituem os alvos mais interessantes numa pesquisa generalizada, quer pelo hábito normal de aparecerem agrupados e em grande número, quer pelos indícios muito positivos já existentes de que alguns estarão mineralizados, quer ainda pelo volume disponível para exploração; o problema está em encontrá-los, pesquisá-los e determinar o valor econômico dos mineralizados;

d) Localmente é promissora uma faixa de aproximadamente 60 km de largura, orientada NE-SO, cujo limite SO passaria nas cabeceiras do rio Santo Inácio; em escala um pouco maior teríamos como boa hipótese de trabalho o estudo da potencialidade dos alinhamentos de muitas centenas de quilômetros orientados aproximadamente ONO-ESE que passam pela estrutura anelar da Serra Negra; em escala ainda maior, chama a atenção uma extensa e bem sugestiva faixa de mineralização diamantífera que desde Minas Gerais se estende até Rondônia com a mesma direção ONO-ESE.

Além do atrás resumido, o Dr. Eugênio Correia faz recomendações de caráter prático, algumas aplicáveis imediatamente aos trabalhos em curso, outras aplicáveis caso a Companhia decida incluir nos seus programas a pesquisa de aluviões, coluviões e con

glomerados.

Nos concentrados de lavagem das amostras colhidas em poços de pesquisa no Alvará nº 1059, e nos solos de uma ocorrência quimberlítica em Tamborete, encontraram-se os satélites do diamante: ilmenite e piropo. Numa destas ocorrências e em testemunhos de sondagens encontrou-se a flogopite, micá típica das rochas quimberlíticas.

Nesta data já estão na DITEMI as 58 amostras enviadas de Belo Horizonte para análise tecnológica, de esquema bem definido pelos resultados dos ensaios de lavagem no próprio campo e pela experiência que do assunto possui o Dr. Eugênio Correia.

Quer dizer que a CPRM dispõe neste momento de experiência e conhecimento tecnológicos suficientes para encarar a pesquisa sistemática dos seus alvarás com potencialidades diamantíferas.

3. PROGRAMAÇÃO FUTURA

3.1 - A curto prazo

Parece evidente que nesta altura a CPRM deveria reunir os elementos indispensáveis ao estudo sistemático dos Alvarás que possui a Oeste de Minas Gerais, com o objetivo específico de determinar o seu potencial diamantífero. Para isso deveria elaborar-se um Estudo de Viabilidade de Pesquisa, objetivando uma programação em que se previssem quais as áreas a incluir, os meios humanos e materiais a reunir e a dotação orçamentária a alocar. Esse Estudo poderia tomar o aspecto de uma reformulação do correspondente Estudo relativo ao projeto Chaminés Alcalinas, por afinidade e para não se criar um novo centro de custo. Dar-se-ia assim continuidade a um trabalho já iniciado, com a vantagem da Diretoria passar a dispor de um plano homogêneo de informação e controle.

3.2 - A longo prazo

A existência de geoclase com rochas alcalinas associadas parece não ser fenômeno exclusivo do oeste de Minas Gerais e Rondônia. Desta mesma orientada NO-SE ou ONO-ESE, ou de outra paralela próxima, fará parte a estrutura do Morro de São João, no Estado do Rio de Janeiro. No Estado do Amazonas temos o grupo de estruturas de que faz parte a do projeto Uaupés, esta carbonatítica. Finalmente a existência de diamantes na Venezuela e em Roraima faz crer na existência de jazidas primárias quimberlíticas na região, possivelmente também relacionadas com geoclases mineralizadas locais.

O signatário, na presente fase de informação que possui sobre diamantes no Brasil, tem certa relutância em sugerir o ambi

to nacional do problema sob o ponto de vista estritamente técnico. Parece-lhe contudo que do ponto de vista econômico o caráter de "interesse nacional" pode aplicar-se ao diamante tanto quanto aos "combustíveis líquidos, gases naturais e jazidas de substâncias minerais de uso na energia nuclear". Haja em vista o lugar preponderante que o diamante tem na economia dos países que o produzem.

Que o signatário saiba, além da Mineração Tijucana S.A. e da EXDIBRA S.A., que mencionou no seu relatório de janeiro/fevereiro/77, só a SOPEMI e a ANGLO-AMERICAN tem mostrado interesse pelo diamante, estas exclusivamente nos quimberlitos. À escala nacional parece pouco para um mineral de tamanha potencialidade, o que justificaria um tratamento especial para este caso.

Parece caber aqui o exercício do objeto de "suplementar a iniciativa privada" atribuído à CPRM no seu Estatuto, seguido ou acompanhado de incentivo e cooperação com a mesma, também objeto do seu Estatuto. A forma de materializar tal atividade teria que satisfazer a exigência de extensão territorial, essencial ao êxito de qualquer empreendimento em pesquisa diamantífera à escala industrial.

Neste aspecto parece que haveria que promover legislação adequada que retirasse o diamante das classes VI e VII do Regulamento do Código de Mineração, e o incluísse no Artº 5º § 1º do mesmo Código (e por consequência no Artº 7º § 1º também do Regulamento), a fim de que se lhe pudesse aplicar o regime de Monopolização. Neste, parece que poderia caber à CPRM a execução "indireta" do aproveitamento do diamante, através dos regimes previstos no seu Estatuto.

Esta a recomendação a longo prazo que parece indicada para avaliar qual o papel que o diamante pode ter no desenvolvimento



6.

to industrial do Brasil.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 1977

FERNANDO FREITAS

(Eng^o de Minas)